



Jornal das

# Comunicações

SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL - Nº 1/2011 – 6 DE MAIO

## NOTA DE ABERTURA

O Plano de Actividades do SICOMP para 2011, estipula o relançamento do “ JORNAL DAS COMUNICAÇÕES “que foi emitido de forma regular até finais de 1995, pelo Sindicato. Por isso este “Jornal das Comunicações “, nº 1 / 2011 vai aprofundar a nossa informação no Sector das Comunicações com uma forma mais abrangente, pois terá no seu conteúdo artigos e textos próprios dos nossos associados, na defesa do **Sindicalismo Autónomo e Independente**.

**VIVA O SINDICALISMO INDEPENDENTE!  
VIVA O SICOMP!**

## *Sindicato apela ao* **VOTO – DIA 5 DE JUNHO DE 2011 NA DEFESA DA DEMOCRACIA**

Na sua reunião do Conselho Geral de 4 de Maio de 2011, foi debatida a situação política laboral no país.

Na sequência da análise da crise criada principalmente pelo poder político português, o **SICOMP decidiu apelar a todos os trabalhadores e ao povo português para participarem massivamente no direito e dever do voto secreto e universal, conquistado com o 25 de Abril de 1974.**

A democracia – “o menos mau de todos os regimes” – como afirmava o grande Estadista Churchill – um dos vencedores da II Guerra Mundial – **o voto é a arma do povo**. Por isso quando se quiser alterar uma situação de crise e pantanosa, como a actual, o povo deve exercer o seu voto como **forma de encontrar soluções positivas**.

**DIA 5 DE JUNHO  
VOTA! DEFENDE A  
DEMOCRACIA!**



## **1º DE MAIO DE 2011**

Realizou-se na Praça da Figueira, em Lisboa e na Praça da Ribeira - Porto, a comemoração do 1º de Maio Independente, o dia Mundial do Trabalhador. Ambos os eventos tiveram grande participação de trabalhadores e do povo (que ultrapassaram vários milhares), mas a Comunicação Social (em especial a Televisão), fizeram de conta que nada aconteceu.

A Independência Sindical não lhes convém, porque não alinha no “politicamente correcto “, isto é, o sindicalismo do “regime “, que apesar de

### ***NESTE NÚMERO:***

**4ª REUNIÃO DO CONSELHO GERAL (MANDATO 2008/2012);**

**1º DE MAIO DE 2011;**

**SITUAÇÃO LABORAL NA PT; NOS CTT E NA NA RTP;**

**OPINIÃO DE ASSOCIADOS**

gasto e cansado (as caras da CGTP e da UGT são as mesmas há dezenas de anos) continua a ter os privilégios da visibilidade mediática que, também, alimenta o “regime “.



## SITUAÇÃO LABORAL NAS EMPRESAS DO SECTOR

**GRUPO PT** – Foi analisado o processo de negociação do 1º ACT da PT (IRCT), que já consta de 40 (quarenta) reuniões de negociação, pelo que é importante finalizar este Acordo, dado que a mesma vai intensificar a Contratação colectiva, em especial na PT Prime e na TMN.

**GRUPO RTP** – Foi feito o ponto da situação do processo negocial do AE da RTP, verificando-se que a situação está paralisada, por iniciativa da gestão da RTP. Mais uma vez a mão do Estado a impor restrições à defesa dos direitos dos trabalhadores.

**CTT** - Nos CTT S.A., enquanto grupo de empresas do sector postal, iniciou-se um processo de mudança, com a concentração da maior parte das suas principais Direcções de gestão e de negócios no edifício “ Báltico “ no Parque Expo. em Lisboa. Por outro lado a futura alteração do contrato de concessão de exploração do serviço universal vai obrigar os CTT a um grande desafio de mudança nas comunicações postais.

Essa mudança já começou a acontecer com a redução clara de estações e outros serviços a nível nacional, bem como uma redução de custos operacionais e de pessoal. Por outro lado a introdução e fornecimento de novos serviços já é uma realidade.

Sem Contratação Colectiva ou negociações de revisão salarial previstas para 2011, os trabalhadores e os sindicatos encontram-se de mãos atadas na defesa dos seus direitos, ainda mais estando em cima da mesa um plano económico que condiciona o futuro dos trabalhadores e das Empresas ligados ao sector empresarial do Estado.

Os trabalhadores e os sindicatos enfrentam também desafios de adaptação às novas realidades no mundo laboral.

O futuro será difícil para todos nós, mas a luz não se apagou.

### 4º CONSELHO GERAL DO SICOMP (MANDATO 2008/2012)

Dia 4 de Maio de 2011, na Sede da USI, em Lisboa, realizou-se o Conselho Geral do SICOMP, com a presença de Dirigentes Sindicais das várias Empresas do Sector das Comunicações (**Grupo PT, Grupo CTT, Grupo RTP e ZON Multimédia**) e oriundos de vários pontos do País (**Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Castelo Branco**).

A reunião aprovou, conforme estipulam os estatutos do Sindicato, o Relatório de Actividades e Contas de 2011 e o Plano e Orçamento para 2011, **ambos os textos votados por unanimidade**.

O Conselho Geral debateu, ainda, a situação política – laboral no país e no Sector das Comunicações.

## OPINIÃO DE ASSOCIADOS

Carlos Vicente – Sócio nº 15 e Vice – Presidente do SICOMP

### MOVIMENTO SINDICAL E PARTICIPAÇÃO NA VIDA ECONÓMICA E SOCIAL

Os problemas que afectam as relações laborais no nosso país, são complexos e os sindicatos no contexto actual - cada vez mais terão de ser órgãos de participação, influência e decisão das políticas económicas e sociais.

Portugal foi um dos países da Europa em que o processo de industrialização se atrasou e por isso não se desenvolveu, tão rapidamente quanto era desejável não conseguindo acompanhar os restantes países da Europa Ocidental no seu desenvolvimento económico e social.

No entanto, o sindicalismo português - que se inicia após a revolução liberal e com as primeiras tentativas de industrialização, tem uma grande experiência a nível nacional e internacional, além de uma crescente evolução com origem

ainda antes da criação da A.I.T. - Associação Internacional de Trabalhadores.

*“... Segundo alguns tratadistas o movimento operário português nasceu com a introdução no país das ideias da velha internacional, em 1871 - 72. Nós diremos: a semente da velha A.I.T. não germinaria se o terreno não tivesse preparação. “ .... Não obstante, essa propaganda fez-se, e pode fazer-se, porque existia já um movimento com uma idade superior a 20 anos, movimento incaracterístico, é certo, mas que foi como que o embrião do movimento que se lhe seguiu, caracterizadamente operário, de resistência e de*

reivindicação ... “ (Manuel Joaquim de Sousa<sup>1</sup> - O Sindicalismo em Portugal).

No entanto como afirma também Fernandes de Almeida (Análise Social) - O Sindicalismo nos países industriais (pág. 74) “... Os pioneiros, os lutadores dos primeiros tempos, cederam o lugar a homens de um novo tipo. Os dirigentes actuais, de um modo geral, não têm já de pugnar pelos direitos sindicais. Já não são, por exemplo, despedidos das suas ocupações, pelo simples facto de estarem sindicalizados ou de exercerem funções de direcção nos sindicatos. Pelo contrário: toda uma legislação apropriada procura defender os dirigentes ou representantes sindicais contra medidas discriminatórias por parte das entidades patronais. Além disso, cada vez mais se faz apelo à colaboração dos sindicatos e se chamam estes a participar na organização económica e social do país. As relações de trabalho deixaram de ser exclusiva ou predominantemente conflituais e o emprego da força é cada vez mais substituído pela negociação colectiva entre representantes sindicais e patronais....”

Mas será que o movimento sindical no seu conjunto e os seus dirigentes actuais interpretaram correctamente esta evolução social? Ou será que estes se comportam e actuam de forma completamente heterógenea?

Existem, segundo os últimos dados obtidos<sup>2</sup>, no Continente 421 associações sindicais, para representação e defesa dos interesses dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores da administração pública. Destas associações, 348 são organizações de base (sindicatos), 66 são estruturas de nível intermédio (27 federações de actividade económica e 39 uniões locais) e 7 são estruturas de topo.

Das sete confederações, apenas três desenvolveram actividade com alguma relevância – CGTP, UGT e USI, mas apenas a CGTP e a UGT têm assento no Conselho Económico e Social (CES) e na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS).

As características da organização sindical portuguesa, são a sua pluralidade que espelha as várias fracturas sucessivas dentro do movimento sindical desde o seu início, o declínio

da sindicalização, aliás verificado em muitos – mas não em todos – os países europeus.

A fractura do movimento sindical português, não é um problema de agora, uma vez que historicamente ele surge com a criação autónoma das primeiras organizações operárias, que iriam dar origem à criação das primeiras organizações sindicais e o seu posterior desenvolvimento. Estas nascem por livre iniciativa para fazer face à precária situação económica e social da classe operária emergente da revolução liberal de 1820.

De acordo com Manuel Joaquim de Sousa (O Sindicalismo em Portugal), em 1839 surge a Associação dos Artistas Lisbonenses. Outras se lhe seguiram de socorro mútuo, sem no entanto conseguirem resolver os casos de doença, velhice e falta de trabalho. Para concretizar estes objectivos, Vieira da Silva, operário gráfico, faz a primeira tentativa em 1843 e repete-a em 1845, ambas sem resultado.

Na primavera de 1850 tem início a publicação de O ECO DOS OPERÁRIOS, por Sousa Brandão, engenheiro e Lopes Mendonça, publicista, aos quais, mais tarde se ligou Vieira da Silva. Esta publicação iria ter os seus efeitos e em Julho do mesmo ano organiza-se em Lisboa a ASSOCIAÇÃO DOS OPERÁRIOS. Os seus fins correspondem ao pensamento da época e às necessidades mais imediatas:

- *Desenvolvimento do espírito de solidariedade no progresso industrial; pela instituição de crédito; cooperação e auxílio mútuo na doença e na velhice; outras acções diversas.*

A 1 de Setembro do mesmo ano efectua-se a primeira reunião, com o concurso de 16 profissões distintas, onde foi aprovado um documento que contém na essência o espírito federativo:

«Todos os operários presentes fazem uma lista e na parte superior se escreverá o nome do ofício que exercem, e em seguida 3,5 ou 7 indivíduos dos que julgarem mais aptos para serem os delegados das artes ou ofícios; estes indivíduos para a confecção dos estatutos formam o grande centro de trabalho; o principal fundamento desta associação é o relacionamento das classes; os delegados das classes procederão imediatamente ao recenseamento dos indivíduos do seu ofício quer mestres, oficiais ou aprendizes».

Na mesma sessão foi comunicado que um grupo de professores e homens de letras e de ciências do qual faziam parte José Estêvão, J. Andrade Corvo, Latino Coelho, Júlio Pimentel, Pereira de Carvalho, Sousa Brandão, Ponto e Horta Arantes e Lopes Mendonça, oferecia-se para abrir cursos gratuitos de ciência popular destinados à classe operária.

Outras organizações se organizam, já com carácter de classe: - dos alfaiates, dos tipógrafos, dos tecelões, dos sapateiros, etc., predominando em todas o fim mutualista.

Entretanto o movimento não deixa de desenvolver-se e reforçar-se e organiza-se (tendo pelo caminho vários entraves e obstáculos, entre os quais a acção dos núcleos socialistas existentes na altura e que pretendiam utilizar para proveitos políticos as organizações que ajudavam a criar) de uma forma autónoma e independente, organizando-se a nível nacional primeiro através da UON – UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL que evoluiu para a primeira Confederação a Nível

<sup>1</sup> Manuel Joaquim de Sousa, operário fabricante de calçado, natural do Porto, nasceu a 26 de Novembro de 1885, na Freguesia de Paranhos. Muito novo começou a militar no movimento operário do Porto e, desde logo, marca a sua inclinação pelas ideias anarquistas, enquanto o seu irmão mais velho, também militante operário, enfileirava na corrente socialista reformista.

No Congresso de Coimbra, em 1919, quando a UON se transformou em Confederação do Trabalho, M.J. de Sousa foi eleito para o cargo de secretário geral, e quando Alexandre Vieira, por poderosos motivos de saúde, deixou o cargo de Redactor do diário confederal « A Batalha », passou a exercer as suas funções.

Desenvolveu acção notável no movimento sindical e anarquista.

Quando se constituiu o Partido Comunista e publicou o seu manifesto de apresentação que levou a C.G.T. a publicar uma nota oficiosa marcando a sua divergência e independência perante aquele partido, M.J. de Sousa publicou em « A Batalha » uma série de artigos intitulados « A Boa Paz » em que refutava em extensão todas as críticas que o partido fazia à C.G.T. e que tiveram repercussão.

M.J. de Sousa, simples fabricante de calçado do burgo do Porto, possuía apenas a 2ª classe da instrução primária, mas foi fluente orador, polemista, jornalista e militante responsável de um tão amplo movimento como foi o sindicalismo confederal, tendo convivido com muitos dos valores intelectuais do seu tempo.

Morreu em Lisboa em 27.02.1944.

<sup>2</sup> Dados obtidos do Livro verde das Relações Laborais, editado pelo Ministério do trabalho e da Solidariedade (pág.65)

Nacional portuguesa a CGT – CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO e desencadeiam-se uma série de acontecimentos que iriam marcar a nossa realidade sindical, que esteve amordaçada durante várias décadas – 1933 a 1974.

Depois de 1974, houve uma evolução significativa no movimento sindical e obtiveram-se grandes e significativas vitórias, para os trabalhadores através do movimento sindical, que ousou lutar contra a tentativa de hegemonia sindical da CGTP – Lei da Unicidade Sindical e repressão às reivindicações dos trabalhadores portugueses.

A CGTP, sob o controlo do PCP – Partido Comunista Português chegou a ser contestada de forma violenta numa manifestação, com o apoio da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses.

Neste movimento estiveram envolvidos vários militantes partidários, fora da órbita do PCP (incluindo além do MRPP, o PS, PSD, Democratas – Cristãos, etc. ...) destacando-se a capacidade política, organizativa e combativa dos militantes da linha sindical LUTA – UNIDADE – VITÓRIA afecta ao PCTP/MRPP.

Com o denominado “Congresso de todos os Sindicatos” promovido pela CGTP, surge a 1ª cisão do movimento sindical após a queda do regime de Salazar.

Neste Congresso, o STL – Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos de Lisboa (com 3 Delegados – José Romão, António Leitão e Silvino Santos), representativo de mais de 8.000 trabalhadores – afectos à Linha Sindical LUTA – UNIDADE – VITÓRIA, conotada com o PCTP/MRPP, que ganhou as eleições em 1975, apresenta uma declaração político – sindical, na qual desmonta a farsa do referido Congresso, feito para aprovar a política governativa do seu 1º ministro Vasco Gonçalves e na qual responsabiliza a CGTP pela cisão do movimento sindical que estava eminente.

Na sequência deste Congresso, formou-se a UGT – União Geral de Trabalhadores, antecedida do movimento da chamada “Carta Aberta”.

Sendo certo que a sua criação, resulta de um Acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social – Democrata em paridade de lugares nos Órgãos da Estrutura Sindical, não foi possível por impor de imediato o controlo partidário – devido à resistência de muitos Dirigentes contrários à partidização da estrutura sindical -, pelo que a UGT, funcionou com alguma independência e autonomia nos primeiros anos da sua existência.

Mas a pressão exercida pelo Partido Socialista na luta pela hegemonia e controlo da Confederação Sindical é travada até determinado momento.

Mas a partir de 1988, no Congresso extraordinário realizado em Lisboa, a tendência socialista consegue revogar as decisões do anterior realizado em Braga - composição dos órgãos Dirigentes ainda em paridade – e sem os eleitos terem cumprido o seu mandato legitima o controlo absoluto do Partido Socialista nesta Confederação Sindical – elegendo novos órgãos com composição maioritária dos socialistas.

É a 2ª cisão no movimento sindical, resultante da acção promovida pelo Partido Socialista.

Passam-se alguns anos, de 1988 a 2000, em que um conjunto importante de Sindicatos – a maioria, não dispõe de uma Confederação Sindical Independente e Autónoma, que vem a surgir no ano 2000, através da iniciativa de um conjunto de sindicatos, que constitui a USI – União dos Sindicatos

Independentes – uma minoria sem dúvida, mas que ousou remar contra a maré e conquistar um lugar na história do sindicalismo independente português – alguém tem de abrir o caminho.

Trata-se agora de dar continuidade e esse caminho.

Ao longo desta exposição, tento dar um contributo para a defesa, reforço e desenvolvimento da autonomia e independência sindical, tentando também trazer à discussão e apreciação um conjunto de factos que provoquem a discussão que permita um salto qualitativo no movimento sindical em Portugal e que se traduza no facto real e inequívoco que os Sindicatos em Portugal, têm condições para ter uma Confederação Sindical Independente maioritária, como já foi em tempos a CGT – Confederação Geral do Trabalho.

Em 2000 um conjunto de Sindicatos independentes, deu o primeiro passo e formou a USI – União dos Sindicatos Independentes, possibilitando dessa forma um avanço significativo na defesa organizada dos interesses sócio – laborais dos trabalhadores portugueses, mas está consciente que é necessário ir mais além na sua representatividade.

**O futuro do Sindicalismo Autónomo e Independente, depende do trabalho já realizado e a desenvolver pela USI – União dos Sindicatos Independentes, mas também do passo que falta dar pela esmagadora maioria dos Sindicatos não filiados, que na minha modesta opinião devem filiar-se na União dos Sindicatos Independentes. Só dessa forma é possível alterar a difícil situação dos trabalhadores e do sindicalismo português.**

**A USI continua a seguir o seu caminho, convicto, de que está construir em Portugal uma Confederação Sindical ao serviço da autonomia e independência sindical e conta com o saber e a experiência dos seus Dirigentes, que com a sua intervenção vão enriquecendo este movimento.**

**Fora da USI, militam igualmente nos Sindicatos não filiados muitos outros dirigentes com experiência, saber e caldeados na luta sindical, pelo que devem passar da sua acção individual ao serviço do seu Sindicato à acção colectiva dos Sindicatos Independentes.**

**É essa acção conjunta que falta edificar e desenvolver em Portugal.**

## **SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL**

### **SEDE NACIONAL**

Rua António Pereira Carrilho, 3 – 1º Dto

1000 – 046 LISBOA

Tel. 218465151 – 8463871/74

Fax. 2128463868

[sicomp.dn@hotmail.com](mailto:sicomp.dn@hotmail.com)

<http://sicomp.cidadevirtual.pt>

**PELO REFORÇO,  
DESENVOLVIMENTO E  
CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO  
AUTÓNOMO E INDEPENDENTE!**